



REVISTA

Cadernos de Educação

FaE | PPGE | UFPel

ARTIGO | Fluxo contínuo

“Necessitamos de um salário que nos permita sobreviver” : despertar do magistério, pelo Centro de Professores Primários do Estado (1945 – 1956/RS)

"We need a salary that allows us to survive": an awakening of the teaching profession, by the State Primary Teachers' Centre (1945 - 1956/RS)

"Necesitamos un salario que nos permita sobrevivir": el despertar de la profesión docente, por el Centro Estatal de Maestros de Primaria (1945 - 1956/RS)

Flávio Correia Nardy
Dóris Bittencourt Almeida

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar a constituição do Centro dos Professores Primários do Estado (CPPE), órgão representativo do magistério rio-grandense em seus primeiros anos de atuação, a partir de 1945. Trata-se de um tema sensível que se inscreve na História da Educação, afinado às questões epistemológicas da História do Tempo Presente. Metodologicamente, por meio de um arquivo pessoal e de boletins informativos da entidade, procuramos trazer para a cena historiográfica evidências das primeiras ações do associativismo docente no Rio Grande do Sul, protagonizadas pela criação do Centro de Professores. Estudar este tema permite que meditemos acerca da história da profissão docente, seus desafios e embates que extrapolam as fronteiras do tempo.

Palavras-chave: associativismo docente; arquivo pessoal; Centro dos Professores Primários do Estado (CPPE/RS).

ABSTRACT

The aim of this article is to analyse the constitution of the State Primary Teachers' Centre (CPPE), a representative body of Rio Grande do Sul teachers in its early years, from 1945 onwards. This is a sensitive topic that comes under the heading of the History of Education, in line with the epistemological issues of the History of the Present Time. Methodologically, through a personal archive and information bulletins of the entity, we tried to bring to the historiographical stage evidence of the first actions of teachers'

associations in Rio Grande do Sul, led by the creation of the Teachers' Centre. Studying this subject allows us to meditate on the history of the teaching profession, its challenges and struggles that transcend the boundaries of time.

Keywords: teacher associations; personal archive; State Primary Teachers' Centre (CPPE/RS).

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar la constitución del Centro Estatal de Profesores de Enseñanza Primaria (CPPE), órgano representativo de los maestros de Rio Grande do Sul en sus primeros años, a partir de 1945. Se trata de un tema sensible que se inscribe en el ámbito de la Historia de la Educación, en consonancia con las cuestiones epistemológicas de la Historia del Tiempo Presente. Metodológicamente, a través de un archivo personal y boletines informativos de la entidad, intentamos traer al escenario historiográfico evidencias de las primeras acciones de las asociaciones de profesores en Rio Grande do Sul, encabezadas por la creación del Centro de Profesores. El estudio de este tema nos permite meditar sobre la historia de la profesión docente, sus desafíos y luchas que trascienden las fronteras del tiempo.

Palabras-clave: asociaciones de profesores; archivo personal; Centro Estatal de Profesores de Primaria (CPPE/RS).

Introdução

“Hoje às 16 horas, o magistério público estadual se reunirá no Teatro São Pedro em assembleia geral extraordinária. A finalidade é definir uma atitude em face ao problema do aumento de vencimentos. A superintendência do ensino primário dispensou as professoras de seus compromissos escolares a partir das 15 horas.” Esse é um trecho publicado no Jornal *A Hora*, em Porto Alegre, no dia 15 de junho de 1956. Talvez chame a atenção do leitor que, na década de 1950, professoras¹ se mobilizavam em torno de melhorias salariais para a categoria. Não eram docentes vocacionadas? Não lecionavam *por amor*?

O fato é que, nas primeiras décadas do século XX, emergiram, em todo o Brasil, diversas associações de professores, tanto primários como também secundários (Vicentini e Lugli, 2009). No Rio Grande do Sul, em sua capital, um grupo de docentes organizou uma entidade que tinha por objetivo agregar a categoria de professores e professoras do ensino primário estadual

¹ Por entendermos que o Centro de Professores Primários era constituído por muitas mulheres, as docentes do Curso Primário, usaremos no texto, de modo preferencial, o gênero feminino ao nos referirmos ao professorado.

(Pacheco, 1993). Assim, neste texto, tem-se como objetivo analisar a constituição e fortalecimento do Centro dos Professores Primários do Estado (CPPE), órgão representativo do magistério, que teve suas condições de emergência no ano de 1945². Além disso, o artigo discute as disputas internas que atingiram o CPPE, tendo em vista as ideologias políticas do contexto pós segunda Guerra Mundial, marcadamente as reações conservadoras católicas diante dos fundamentos socialistas/comunistas.

Toma-se a criação do CCP como ato fundador, um marco na história da profissão docente neste estado, tendo em vista as múltiplas ações promovidas pela Associação que colaboraram na construção de novas identidades profissionais, especialmente pensando nas professoras primárias. Portanto, a pesquisa toma como temporalidade o ano de criação do CPPE³, estendendo-se até 1956, um ano emblemático para a história do magistério rio-grandense, tendo em vista as ações protagonizadas pelo Centro para enfrentar o governo estadual, na luta por melhorias para o magistério, como será discutido a seguir.

Metodologicamente, nos colocamos em busca de evidências que permitissem compreender esses primeiros movimentos associativistas no Rio Grande do Sul. Para tanto, foi de grande valia a consulta ao arquivo pessoal de Eliezer Pacheco⁴, liderança do magistério gaúcho. Afetado pelos gestos de guardar e, conseqüente, de doar a uma instituição que continuasse o trabalho da preservação⁵, o arquivo pessoal é constituído por sua dissertação de mestrado⁶, exemplares do *Magister*, periódico institucional do Centro de

² O estudo integra o conjunto de pesquisas produzidas pelo Grupo de Pesquisas GARPE/CNPq – Arquivos, Arquivos Pessoais, Patrimônio e Educação.

³ Em 1966, o CPPE mudou o nome para Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul (CPPERS). Em 1973, assumiu uma sigla que incorporava os demais docentes do estado, Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS). E, em 1989, após a promulgação da Constituição Federal, 1988, transformou-se CPERS- Sindicato, nomenclatura atual.

⁴ Eliezer Pacheco foi professor da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul e dirigente do CPERS entre o início da década de 1980 e meados da década de 1990. Também foi professor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUI (1971-1991), Secretário Municipal de Educação das cidades de Porto Alegre (2001) e de Canoas (2013-2016), Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP/MEC (2004-2005), Secretário de Ciência e Tecnologia no Ministério da Educação/MEC (2004-2012) e Secretário do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação/MCTI (2012-2013).

⁵ O arquivo pessoal do professor Eliezer Pacheco se encontra salvo no Centro de Memórias da Educação da Faculdade de Educação/UFRGS.

⁶ A Dissertação de Mestrado intitulada “Sindicato e Projeto Pedagógico: a organização e as lutas dos professores públicos estaduais do Rio Grande do Sul, de 1945 a 1991”, produzida por

Professores do Rio Grande do Sul (CPERS-Sindicato), um álbum, originalmente institucional, que reúne reportagens de jornal e fotos das ações do CPPE entre 1956 e 1957, além de muitos outros recortes de jornais de diferentes anos⁷. Reconhecemos neste trabalho de organização documental indícios dos interesses desse professor, movido pelo desejo de *manter vivas* lembranças da entidade na qual teve forte participação e que elegeu como objeto de estudo na dissertação de mestrado. Podemos entender esse conjunto, constituído por diferentes modalidades textuais e imagéticas, como uma reunião de fragmentos de várias temporalidades alusivas à memória do magistério gaúcho, organizado como uma produção de si, como representação daquilo que, em diferentes suportes, quis salvaguardar alusivo à memória do associativismo docente no RS. Portanto, entende-se que o arquivo pessoal não seja um retrato dos acontecimentos vividos, e sim um efeito das vontades de alguém, movidas por seleção e descarte, considerando as subjetividades de quem conduz essas operações (Almeida, 2021, Ribeiro, 1998, Cox, 2017).

Sobre os recortes de notícias divulgadas na imprensa de circulação regional, alusivos à memória do magistério gaúcho, destaca-se a presença dos Jornais Folha da Tarde, Correio do Povo e A Hora. Neste estudo, que procura historicizar os movimentos do associativismo, são importantes as análises dessas notícias, considerando seu valor documental. Entretanto, é preciso considerar que esse material, bem como o álbum, produzido pela entidade dos professores, produzem determinadas narrativas, em muitos momentos edificadoras das lutas do magistério. Chamamos a atenção para a necessária crítica dessas fontes, tendo em vista que o conteúdo de cada reportagem preservada não se dissocia das intenções de quem os organizou (Luca, 2008). Assim, deste potente arquivo pessoal, selecionaram-se documentos que foram tramados no texto com vistas a melhor contar essa história. Também foram consultados os Boletins Informativos da entidade (1969 e 1973), que se encontram no Arquivo do CPERS - Sindicato.

A memória do magistério rio-grandense, suas lutas do passado que se estendem ao presente, é um tema sensível que se inscreve no campo da

Eliezer Pacheco (1993) é uma das primeiras pesquisas sobre a temática, na perspectiva histórica.

⁷ Há outros tantos documentos relativos às lutas do CPERS em outras temporalidades que extrapolam os limites deste estudo.

História da Educação, afinado às questões epistemológicas da História do Tempo Presente, como uma “história do inacabado” (Rouso, 2009, p.206), que ressoa no *aqui e agora*, tendo em vista o quanto as dificuldades enfrentadas pelos docentes continuam afetando as novas gerações que talvez pouco conheçam dessa “história que não passa, um passado que não passa, que é sempre presente” (Rouso, 2009, p.208). Lançar luz sobre essas memórias, por meio da operação historiográfica, é um modo de não esquecer o que aconteceu. É um modo também de desnaturalizar a construção da imagem da professora, problematizar as estereotípias da profissão, percebendo os múltiplos discursos com os quais as docentes poderiam se identificar, tendo como parâmetro a criação do Centro de Professores Primários do Estado.

Para o exame da temática investigada, postulamos que associações e sindicatos docentes são instituições educativas, portadoras de culturas simbólicas e materiais. Tal conceito é defendido por Justino Magalhães (2004) que compreende as associações e sindicatos como instituições educacionais de produção/mobilização, ou seja, buscam atingir determinados objetivos e formam uma identidade a seus membros. Por conseguinte, com base nas ideias do historiador português, sustentamos que, para historicizar a identidade histórica e cultural dessa primeira iniciativa de associativismo docente no estado, é preciso levar em conta sua complexidade, suas multidimensionalidades e as combinações de princípios, representações, práticas e apropriações.

Outra abordagem sobre associativismo docente, a qual nos filiamos, é a de António Nóvoa (1995), que avalia o significado dessa prática para a profissionalização do magistério e para a formação de uma identidade profissional. No entendimento desse autor, o associativismo “desempenha um papel fulcral no desenvolvimento de um espírito de corpo e na defesa do estatuto socioprofissional dos professores” (p. 20). Concordando com Magalhães, Nóvoa explica que essa trajetória não pode ser tomada como homogênea, é cheia de lutas e conflitos, de hesitações e recuos, assim, devemos estar atentos a essas tensões.

Feitas essas considerações, passamos, de imediato, a explicar como se deu a constituição do Centro de Professores e sua importância na defesa de pautas que sinalizavam os problemas enfrentados pelo magistério.

Paralelamente, importa trazer para a discussão os conflitos daqueles anos do pós-guerra que atingiram o professorado e seu órgão de representação. Por fim, uma análise de fatos alusivos ao CPPE que marcaram o ano de 1956 e suas repercussões na construção de outra discursividade relativa à profissão docente.

Um passo importante para o associativismo docente no RS: o CPPE

Começamos a *contar essa história*, buscando nas camadas de tempo as condições da emergência desse órgão que foi criado com o objetivo de reunir as professoras primárias no Rio Grande do Sul. Para essa seção do texto, tomamos a dissertação de Eliezer Pacheco (1993) como uma referência inicial de consulta, por ser, é bem possível, uma das primeiras pesquisas sobre associativismo docente no RS e pela quantidade de tipologias documentais tramadas, que nos permitem ter uma ideia dos primeiros movimentos da entidade associativista.

Assim, a partir de uma comissão formada, convocou-se uma assembleia e, com a participação de cento e cinquenta⁸ professores, fundou-se, em 21 abril de 1945, o Centro de Professores Primários Estaduais, o CPPE. Seu ato de fundação aconteceu na Sociedade Espanhola (Bartz, 2021), local considerado antifascista, simbolizando um momento de resistência do magistério estadual. Entendemos que o controle estatal da profissão docente pode ter sido alterado diante da formação dessas primeiras associações docentes, naquele período de fim do Estado Novo e, na sequência, de retomada da democracia no país, tendo em vista que, no período anterior, havia uma forte intervenção normativa na organização dos trabalhadores. Somam-se a isso outros fatores sociais, políticos e culturais que alteraram a forma de conceber a profissão docente, e, ao mesmo tempo, as mudanças vivenciadas pela luta das mulheres que também atingiram os entendimentos que se tinha da profissão de professora.

Com este passo inaugural de associativismo, tomado aqui como acontecimento (Ricoeur, 2004), buscava-se cobrar dos governantes uma solução para a precariedade do magistério no Rio Grande do Sul. Para isso,

⁸ Esse número consta no Boletim Informativo do CPERS de abril de 1973.

foram apresentadas à Secretaria de Educação as reivindicações: luta pela autonomia profissional dos professores; elaboração do Estatuto do Professor; equiparação salarial dos professores contratados e subvencionados; aumento salarial; promoção quinquenal automática e aposentadoria especial aos vinte cinco anos de serviço ou sessenta anos de idade completos; incorporação de novos critérios para concurso público; inclusão dos professores manuais na carreira do magistério e estabelecimento de justificativa de faltas em caso de doença. Sobre a falta de professores, o Centro se preocupava com a política pública para contratação, apontava problemas neste tipo de admissão, sem direitos à promoção, com baixos salários, inferiores na época aos serventes e porteiros de escola. Além do mais, comumente, os contratados não tinham formação para o exercício do magistério e mantinham outras atividades de trabalho, o que dificultava o investimento na profissão. Nesse ponto, os dirigentes do CPPE defendiam a equiparação salarial entre professores contratados e subvencionados aos demais servidores, como forma de corrigir essas distorções (Pacheco, 1993).

Observamos que a pauta de reivindicações é extensa, justa, contemporânea, pensando nas dificuldades salariais da categoria atualmente, e ousada, se considerarmos o ano de 1946, tempo de forte messianismo na profissão docente primária, conforme discutiremos na sequência. Deste primeiro movimento, foi alcançado parte do que se almejava. A respeito da promoção quinquenal, foi acolhida parcialmente, não sendo regulamentada a promoção automática. Foi aprovado o decreto-lei que instituiu uma só categoria de professores primários de carreira, dentro do sistema de aumentos quinquenais. Em relação à equiparação entre contratados e subvencionados, a Secretaria de Educação estabeleceu que o ingresso desses professores não poderia substituir os cargos ocupados pelos diplomados. Já em relação à aposentadoria especial, esta foi incluída para ser estudada, em uma comissão que buscava elaborar o Estatuto do Magistério.

Logo após essas primeiras conquistas, a diretoria do CPPE se voltou para a elaboração do Estatuto do Magistério, junto a uma comissão governamental. Na tentativa de obter êxito, promoveu mobilizações que visavam construir propostas para a construção do documento. No centro destas ações, a questão econômica foi colocada como fundamental para o

exercício da atividade profissional. Entretanto, o Estatuto do Magistério só sairia do papel em 25 de janeiro de 1954, quase dez anos após sua reivindicação.

Simultaneamente ao empenho pela aprovação deste documento, empreenderam-se outros esforços para a melhoria salarial. A proposta foi que o professor tivesse um salário inicial que correspondesse ao de Oficial Administrativo do Estado. Como resultado desse enfrentamento, em 1946, a Secretaria de Educação apresentou um projeto de decreto-lei a ser promulgado, que estabelecia uma gratificação padronizada aos professores que realizassem atividades complementares. Contudo, o CPPE apontou contrariedades ao decreto, entrando em desacordo com o governo estadual, que pretendia estabelecer gratificação de um terço dos vencimentos para o professor. Por fim, não se chegou a um entendimento sobre essa questão, não houve avanços em relação à melhoria salarial.

Neste íterim, como aponta Pacheco (1993), o CPPE também enfrentou o tema da aposentadoria dos professores, que, naquele momento, estava subordinada às regras que atingiam os funcionários públicos do estado, sendo concedida em casos de invalidez ou ao término de trinta e cinco anos de trabalho. Em 1946, a entidade enviou ao Secretário de Educação um memorial que pleiteava a aposentadoria especial de vinte cinco anos de docência. Entre as justificativas, afirmava-se a singularidade da profissão docente, exposta a uma carga emocional maior que outras profissões. Como consequência disso, este profissional estaria sujeito a desenvolver transtornos mentais no decorrer do tempo, o que levaria ao seu afastamento do trabalho, por conseguinte, traria prejuízos financeiros ao erário público. No documento, ainda é exposto que esse pedido se espelhava na conquista da aposentadoria especial dos professores primários do Distrito Federal, de 1945. Este dado evidencia o quanto as lutas da categoria e seus órgãos representativos não se limitava ao RS e difundia-se pelo país, naqueles anos de recuperação da democracia.

Entretanto, apesar do empenho da entidade, durante os anos posteriores nada avançou nesta pauta, até que, em 1951, foi retomada essa questão, quando foi possível articular os professores para cobrar do governo do estado essas mudanças. Como forma de sensibilizar as autoridades para a importância do direito à aposentadoria especial, lideranças do CPPE visitaram

hospitais psiquiátricos de Porto Alegre, como o São Pedro, Santa Elisabeth e Espírita, com vistas a formar evidências que atestassem o possível adoecimento de docentes em decorrência de transtornos mentais. Paralelamente a isso, fizeram um abaixo assinado com mais de mil e quinhentas assinaturas de professores do interior favoráveis a essa modalidade de aposentadoria.

Ainda em 1951, a deputada, professora Suely de Oliveira⁹, encaminhou um Projeto para regulamentar a contagem de tempo de serviços prestados ao magistério público pelo professorado gaúcho, permitindo a incorporação do tempo de exercício junto às redes municipais. Subsequente, a entidade entregou à Comissão de Serviço Público e Assistência Social da Assembleia Legislativa, um relatório contendo aqueles dados colhidos dos hospitais psiquiátricos, que poderiam justificar a solicitação, bem como a lista com as assinaturas dos professores. Toda essa ação, no entanto, só teria resultados em novembro de 1953, quando, enfim, foi aprovada, por unanimidade, a aposentadoria especial para o magistério.

Considerando a construção do CPPE e seu fomento político na defesa do magistério, pode-se perceber que a instituição, aos poucos, ganhou espaço entre as professoras primárias, não só da capital, mas também do interior do estado. Segundo consta no Boletim Informativo do CPPERS de Julho/Agosto de 1969¹⁰, a entidade, no ano de 1946, um ano após sua criação, já contava com 1874 associados, um número representativo se pensarmos que a quantidade de professores primários no estado, contando a rede pública e a rede privada, era cerca de 14 417¹¹. Na avaliação da segunda presidenta do CPPE, Maria Messias Corrêa, em matéria do Boletim Informativo do CPERS de abril de 1973¹², essa ampliação também foi possível graças às ações de divulgação e propaganda da entidade, que, segundo ela, foram as seguintes:

⁹ Suely Gomes de Oliveira (1915-1994) foi professora e a primeira mulher eleita para ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa/RS, empossada em de 1951 pelo PTB e reeleita outras cinco vezes. Atuou durante 24 anos consecutivos no Parlamento, onde apresentou vários projetos de lei em benefício dos servidores públicos. Um desses projetos (Lei nº 4.585, de 1963), "Lei Suely", concedia ao funcionário público assíduo um ano de tempo de serviço para efeito de aposentadoria a cada seis anos trabalhados. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/destaque//tabid/855/dMateria/169197/Default.aspx>>. Acessado em: 05 de out. de 2023. Para maiores informações, ver Pinto, 2014.

¹⁰ Boletim Informativo CPPERS, julho/agosto de 1969 - Arquivo CPERS.

¹¹ Para maiores informações ver o Anuário Estatístico do Brasil (1946).

¹² Boletim Informativo CPPERS, abril de 1970- Arquivo CPERS.

visitas da diretoria ao governador do Estado, às autoridades educacionais, às unidades escolares da capital; através da imprensa, notícias e entrevistas que esclareciam sobre as finalidades do Centro focalizando nos problemas do magistério primário; o trabalho de uma representante do Centro que percorreu diversos municípios do interior do Estado, divulgando os objetivos da nova entidade.

Em meio a essas diversas ações, entendemos que o CPPE cumpriu, logo no início de sua fundação, um importante papel para o magistério, que foi o de estabelecer canais de negociação tanto com o Poder Executivo, quanto com o Poder Legislativo, assumindo assim, de fato, papel de órgão representativo perante o estado, no que se referia às necessidades da categoria. Mesmo dentro dos limites daquele contexto, em que a Associação estava ainda muito atrelada ao controle estatal, pode expor suas divergências e apontar incoerências em alguns projetos e políticas de governo, como no caso do debate acerca da melhoria salarial dos professores. Neste sentido, as lideranças do Centro expuseram as frágeis condições de trabalho docente. No caso da aposentadoria especial, buscaram apoio em outros setores da sociedade como intelectuais, jornalistas e médicos, ao denunciar o adoecimento mental e físico, silenciados durante o exercício do trabalho docente.

Entretanto, não se pode esquecer que aqueles foram tempos difíceis. Quando o CPPE foi criado, em abril de 1945, o Brasil vivia o último ano da ditadura do Estado Novo e o *mundo* ainda precisaria esperar alguns meses para o fim da segunda grande guerra mundial, o que aconteceu em setembro daquele ano. Essas datas são importantes para lembrarmos dos conflitos ideológicos que permaneceram no pós-guerra e sua repercussão na sociedade brasileira, os quais atingiram os professores e a instituição que respondia por eles no Rio Grande do Sul. É sobre isso que falaremos a seguir.

Católicos e comunistas em disputa: as posições do CPPE

Apesar de observamos, pelos documentos consultados, que o CPPE se legitimou entre o professorado, o Centro não esteve imune às disputas internas, que quase colocaram em cheque sua institucionalidade, ainda mais

considerando as ideologias políticas daquela temporalidade e as reações conservadoras diante dos fundamentos socialistas/comunistas.

Desde sua fundação, como mostra Pacheco (2003), as lideranças do Centro de Professores se depararam com a oposição de um grupo de docentes católicas, bem como de algumas diretoras de escola, que faziam críticas constantes à Associação. Ao que tudo indica, esse clima de contestação vinha de uma construção ideológica ligada a aquele período histórico que coincidiu tanto com o início da Guerra Fria, como também com o Governo Dutra, em 1946. Segundo Rodeghero (2003), o anticomunismo foi um dos elementos centrais na transição entre um clima de abertura, a partir da queda de Vargas, para outro, de retomada da repressão aos comunistas e às manifestações populares em geral.

Essas tensões podem ser evidenciadas a partir de episódios que ocorreram no Instituto de Educação General Flores da Cunha (IE), instituição de formação docente em Porto Alegre, que remonta ao século XIX. Em 1946, um grupo de docentes, ligado ao Grêmio de Professores, foi afastado de suas funções por entrar em conflito com a diretora da escola e com a Secretaria de Educação. Essa disputa, publicada no Jornal *Correio do Povo*, entre os dias 16 e 18 de maio de 1946¹³, se acirrou diante do fato da agremiação indicar uma determinada docente para aulas de Matemática, que não foi aceita pela direção, que a identificava como “comunista”. Nesse meio tempo, outros incidentes agravaram a situação. Após o grupo de professores receber o comunicado de suspensão, um deles, Carlos de Brito Velho¹⁴, relatou ao *Correio do Povo*, que teria sido alertado por um amigo para que não voltasse ao IE, pois isso poderia acarretar em ocorrências mais sérias. Mesmo sendo advertido, decidiu voltar à escola. Chegando lá, deparou-se com dois investigadores de polícia, que não permitiram sua entrada, proibida pelo

¹³ *Correio do Povo*, 16 e 18 de maio de 1946. Centro de Memórias da Educação/ Faculdade de Educação/UFRGS - Arquivo Pessoal Professor Eliezer Pacheco: Mobilização do Instituto de Educação em 1946.

¹⁴ Carlos de Brito Velho além de professor foi um político gaúcho que iniciou sua carreira em 1947, sendo eleito para à Assembleia Constituinte gaúcha pelo Partido Libertador. No ano de 1962 também assumiu a Secretaria da Educação e Assistência do Estado e, em outubro daquele ano, foi eleito deputado federal pelo PL (Partido Libertador). Após o AI-5, com a suspensão das atividades parlamentares no Congresso Nacional, Brito Velho renunciou ao mandato. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/diarios_anteriores/981203/morre.htm> Acessado em: 10/03/2023.

Secretário de Educação. A direção do IE também impediu que o Grêmio de Professores continuasse a se reunir nas dependências da escola, o que levou à busca por outro lugar para as reuniões. Logo depois desses fatos, o Grêmio emitiu uma nota pública, na qual foram expostas as suas posições a respeito do situação¹⁵:

Em prosseguimento, no dia 22 de maio de 1946¹⁶, o *Correio do Povo* noticiou que novas medidas foram tomadas pela diretora do IE. Segundo consta na matéria do jornal, a diretora convocou um grupo de alunas e as advertiu para que não tomassem posição perante o conflito entre o corpo docente e a direção da escola, pois seriam punidas. Na mesma matéria, ainda foi divulgada a posição do Secretário de Educação, Francisco Brochado da Rocha, a respeito do confronto, caracterizando o movimento dos docentes do IE como “perturbações provocadas por agitadores de nítido caráter comunista, pertencentes ao magistério público do Estado”. Rocha ratificou os atos da direção e a autorizou a dispensar todos os professores, sem estabilidade por lei, que tivessem participado dos atos, considerados por ele como indisciplina, substituindo-os por “elementos não contaminados pela agitação de caráter comunista”. Por fim, suspendeu por dez dias as aulas do curso ginásial e do curso de formação de professores.

Diante desses desdobramentos, os professores do Instituto de Educação receberam apoios. Foram publicadas notas do Centro Acadêmico André da Rocha, representante dos estudantes do Curso de Direito; do Centro de Estudantes de Economia, da Faculdade de Economia e Administração, todos pertencentes à Universidade de Porto Alegre; da União Estadual dos Estudantes (UEE); do professor Ernani Fiori, advogado, líder católico e professor do Colégio Sevigné e da Faculdade Católica de Filosofia; da Coligação Estudantil Portoalegrense; da Loja Maçônica Electra 21; Da Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre (FEUPA); de um grupo de pais de alunas do curso ginásial do Instituto de Educação.

¹⁵ Correio do Povo, 21 de maio de 1946. Centro de Memórias da Educação/ Faculdade de Educação/UFRGS - Arquivo Pessoal Professor Eliezer Pacheco: Mobilização do Instituto de Educação em 1946.

¹⁶ Correio do Povo, 22 de maio de 1946, Centro de Memórias da Educação/ Faculdade de Educação/UFRGS - Arquivo Eliezer Pacheco.

Dos professores que estavam envolvidos no conflito, foi possível constatar que apenas duas tinham ligação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB): Emilce Lima Aveline e Hilda de Castro Jobim, que constam na lista de militantes do partido, assim como, tinham familiares ligados à agremiação política (Martins,2007). É notório perceber que, inicialmente, as punições recaíam somente contra estas duas professoras, no entanto, com a reação de solidariedade dos demais colegas, outros acabaram sendo enquadrados como "comunistas", recebendo igual pena pela insubordinação. Neste caso, ser “comunista” está para além de ter filiação ao PCB, correspondia a qualquer ato tido como indisciplinado por quem ocupava posições mais elevadas no poder do estado, a exemplo da diretoria do IE ou do Secretário de Educação. Na avaliação de Rodeghero (2003), os conflitos no IE ajudam a revelar a persistência e a força do discurso anticomunista, após um breve período de tolerância.

E como se posicionou o CPPE diante desses conflitos? Em princípio, manteve-se apartado da contenda. Passados alguns meses, sua Presidente, Maria Messias Corrêa, enviou um manifesto à imprensa em apoio ao Grêmio do Instituto de Educação, em que afirmou a importância de se educar para a democracia:

Educar para a Democracia”, tendo em vista a prosperidade da nossa gente, deve ser efetivamente nosso lema. Somente será grande um povo composto de cidadãos, que ao lado da compreensão e do cumprimento do seus deveres, também compreendam, amem e defendam intransigentemente os seus direitos, sem se esquecerem que “a liberdade encontra fronteiras no bem comum¹⁷.

Em seguida, dezesseis professores foram afastados de suas funções do Instituto de Educação, sem uma justificativa formal, e substituídos por outros¹⁸. Após esses afastamentos, publicaram-se no *Diário de Notícias*, de 09 de novembro de 1946, notas criticando o autoritarismo desses atos, dentre elas a

¹⁷ Diário de Notícias, 09 de novembro de 1946, Centro de Memórias da Educação/ Faculdade de Educação/UFRGS - Arquivo Eliezer Pacheco.

¹⁸ Os professores afastados foram: dos cursos primários Olinda dos Anjos, Olga Reverbel, Nise Leão Borges, Nisa Formel Voghel, Nilsa Moreira Zluhen, Maria José Costa, Alba Costa Souza Brito, Ligia Martins Weber, Maria Amadio Azevedo e Consuelo Magalhães; dos cursos secundários Lêda Borges da Fonseca, Eda Aveline, Emilce Aveline, Cléo Romero, Marino Santos e mr. Makes.

do Grêmio de Professores do IE, a do Partido Libertador (PL)¹⁹ e a uma nota do CPPE, por meio de um telegrama da Diretoria da entidade, em que solicitava ao interventor federal o reexame do decreto que afastou os professores do IE. O texto caracteriza o ato como uma “profunda injustiça”, que desmoralizaria a profissão do magistério.

O que se pode dizer dessa nota publicada pela direção do CPPE? Teria se manifestado por considerar não ser mais possível manter-se em uma posição de neutralidade? Teria sido cobrado por seus associados para que assumisse alguma posição em favor dos professores punidos? De qualquer modo, observa-se que evitou tocar em pontos cruciais, como os motivos ideológicos para a punição dos docentes. Não obstante, no texto do Partido Libertador publicado no Diário de Notícias, do dia 09 de novembro de 1956, isso fica evidente, pois expôs que o afastamento dos docentes estava relacionado ao fato de serem acusados de “comprometimento com o comunismo”, e prossegue: “a maioria dos professores afastados não tem ligação com o Partido Comunista do Brasil, estando integrados nos partidos democráticos em oposição ao partido oficial e alguns são destacados líderes católicos”.

Apesar do CPPE não fazer críticas mais diretas e adotar uma posição conciliatória, continuava sofrendo com os ataques dos professores católicos. Após a eleição da presidente Maria Messias Corrêa, em abril de 1946, tanto um grupo de professores “católicos” quanto algumas direções de escola acusaram a Presidente da entidade de ter vinculação com o Partido Comunista, o que levou esse grupo de oposição a fundar, mais adiante, a União dos Professores Primários (UPP), sendo dissolvida em 1962, retornando a maioria dos seus associados ao CPPE (Pacheco, 1993).

De qualquer modo, essas tentativas da oposição católica de vincular o CPPE às ideias comunistas não prosperaram perante a categoria, pois esse grupo acabou isolado, ao passo que o Centro avançou como representação dos professores primários. Entendemos que, para seu fortalecimento entre os

¹⁹ Foi um partido político gaúcho fundado em 3 de março de 1928, sendo sucessor do Partido Federalista Brasileiro. Foi extinto junto com os demais partidos do país pelo Decreto nº 37, de 2 de dezembro de 1937, após a instalação do Estado Novo. Em 1945 seria refundado após 8 anos de sua cassação pelo Estado Novo, tendo sido extinto novamente com o Ato Institucional nº 2, em 1965.

docentes, naquele contexto, era necessário que não declarasse abertamente qualquer vínculo político partidário. Neste sentido, a instituição não assumiu uma posição ideológica mais clara, se preservou dos ataques que sofria, colocou-se como apartidária e, assim, firmou-se entre o magistério gaúcho.

Entre a missão e a profissionalização: os embates no ano de 1956

Ao investigar os mecanismos de poder e controle disciplinar na profissão docente, percebe-se que foram alicerçados na concepção do magistério como sacerdócio, que produziu um determinado modelo de docência, sobretudo pensando nas mulheres que lecionavam para crianças. Esse padrão, segundo Louro (2009), está intimamente relacionado à feminização do magistério, e sua consequente feminilização. Trata-se de um fenômeno que teria se originado no final do século XIX, resultado, em parte, de uma maior intervenção do estado sobre a profissão de professor. Com o tempo, produziu-se uma imagem da professora, trabalhadora dócil, dedicada, abnegada, vocacionada e pouco reivindicadora. Louro explica que assim podia-se controlar o corpo feminino, percebido como frágil, ao mesmo tempo, o trabalho de professora de crianças foi aceito pela sociedade como algo *natural*, legítimo para mulheres de uma determinada posição social, alinhado ao *destino* da maternidade.

Entretanto, como mostram Vicentini e Lugli (2009), esse processo de controle apresentou modificações ao longo do século XX, decorrente, entre outros fatores, de uma maior precarização e, ao mesmo tempo, profissionalização do magistério, sobretudo vivenciada a partir de meados dos anos de 1950. Para as autoras, há um reconhecimento por parte das associações da fundamentalidade do salário, contrapondo assim, a concepção sacerdotal da docência. Portanto, ao menos no discurso associativista, a professora passou a ser vista como uma profissional que deveria ser remunerada dignamente para efetuar seu trabalho. A ideia da docência messiânica teria que conviver com outro modelo que incorporava valores profissionais. Relacionado a isso, as associações de professores passaram a adotar práticas de reivindicação mais contundentes e diretas para lutar contra a desvalorização salarial, como passeatas de rua e até mesmo inaugurou-se o debate público sobre a possibilidade de greves, algo talvez da ordem do

imponderável para a imagem que se costuma ter das professoras *vocacionadas*.

Como consequência, ocorreram as primeiras manifestações de rua dos professores no estado e a primeira greve da categoria em 1963, esta última sem adesão do CPPE, realizada por um grupo de professoras contratadas.²⁰

Imagem 1 – Assembleia do CPPE do ano de 1956 no Teatro São Pedro



Fonte: Álbum de Fotografias do CPPE, 1956: Centro de Memórias da Educação/ Faculdade de Educação/UFRGS - Arquivo Eliezer Pacheco.

Naquele ano de 1956, o CPPE desenvolveu estratégias de negociação com o governo estadual, tendo como objetivo obter melhorias salariais. Como se vê nos jornais de grande circulação, o magistério vivenciava uma situação de empobrecimento, que atingia diretamente as professoras primárias. Três artigos nos provocam a atenção, pois traduzem as condições às quais as docentes estavam submetidas, tanto do ponto de vista financeiro, quanto do ponto de vista social. O primeiro, publicado no jornal *A Hora*²¹, o segundo e o terceiro, respectivamente na *Folha da Tarde*²² e no *Correio do Povo*²³.

²⁰ O movimento grevista das professoras contratadas no ano de 1963 foi abordado por Fischer (1999).

²¹ Carta ao redator do jornal *A Hora*, sem data, provavelmente do ano de 1956: Centro de Memórias da Educação/ Faculdade de Educação/UFRGS - Arquivo Eliezer Pacheco.

²² Jornal *Folha da Tarde*, 18 de junho de 1956: Centro de Memórias da Educação/ Faculdade de Educação/UFRGS - Arquivo Eliezer Pacheco.

Na primeira fonte analisada, do Jornal *A Hora*, de 1956, sem dia e mês da publicação, assinada de maneira anônima, com as iniciais “M.N.S”, é construído um cenário de confronto entre a professora, autora do texto, e o governador Ildo Meneghetti²⁴. Neste embate, são expostas a precária situação salarial do magistério e as responsabilidades do governador quanto a isso. A professora assim se define: “sou também uma das vítimas do sr. Governador, uma das tantas professoras, que a cada mês que passa aperta mais o cinto”, ao mesmo tempo, demonstra disposição de resistência diante do contexto difícil da profissão. Sem rodeios e de forma objetiva, chama-o para o confronto, questiona suas promessas de campanha e revela suas incoerências enquanto dirigente estadual.

No segundo artigo investigado, publicado no jornal *Folha da Tarde*, no dia 18 junho de 1956, intitulado como “Ribalta das professoras”, o autor considera o magistério um “bico”, ou seja, uma espécie de atividade profissional complementar, de baixa remuneração, em razão das condições financeiras que não supriam suas necessidades mais elementares. Essa situação, como externa, também teria provocado déficit de professores primários, assim como, um afastamento dos jovens em relação à procura da profissão, para ele, como descreve neste fragmento, “é mais garantido tirar um curso de culinária, aprender estenografia e línguas, empregar-se seja no que for, desde que se possa ganhar razoavelmente. Em verdade, quase é mais negócio, para um jovem, ser cozinheiro”.

Neste artigo, também é analisada a relação entre os baixos salários e a feminização da profissão, segundo seu autor, descrito no trecho a seguir, “os homens há muito debandaram do professorado de primeira entrância. Restaram as mulheres, as eternas sacrificadas que ainda não fizeram vale: em toda a plenitude a sua alforria e social e jurídica”. Ademais, o texto faz alusão ao que poderia representar a profissão para as mulheres casadas neste contexto, sendo uma forma de complementação da renda do marido. Em sua opinião, “a maioria se casa e continua trabalhando para ajudar o marido e para não perder os anos de serviço”. Já para as mulheres solteiras, nas quais se

²³ Não consta de qual jornal seria esse recorte, mas provavelmente é do ano de 1956. Centro de Memórias da Educação/ Faculdade de Educação/UFRGS - Arquivo Eliezer Pacheco.

²⁴ Ildo Meneghetti pertencia ao Partido Social Democrático (PSD).

refere como “as outras”, lhes resta aceitar essa condição, na sua concepção, “vão vivendo, com a maior parcimônia possível, com o vestidinho surrado e sem ânimo para olharem as vitrinas.”

Por fim, no terceiro documento examinado, do Jornal *Correio do Povo* de 1956, sem dia e mês da publicação, escrito pelo prof^o Hugo Muxfeldt²⁵ com o título de “Escola de Pais”, são desenhados novos contornos sobre a condição de empobrecimento das professoras primárias. A narrativa problematiza a procura por cursos de formação docente. O autor indaga, em alguns trechos, quais os efeitos práticos dos baixos salários sobre o exercício da profissão. Como conclusão, evoca a imagem das professoras primárias como “abnegadas”, afirmando que, de modo algum, abandonariam suas responsabilidades profissionais. Para ele, como exposto neste fragmento, a professora primária “jamais se abate, se entrega ao desespero e abandona seu posto de combate ao analfabetismo”. Fazem isso por um ideal, “que as anima a prosseguir na jornada de exercer o magistério como sacerdócio”.

Considerando as análises destes textos jornalísticos, foi possível identificar múltiplas representações acerca do processo de precarização vivido pelo magistério, em especial, das professoras primárias. Estas representações ajudam a compreender a forma como foram produzidas imagens sociais sobre a profissão docente naquele contexto histórico, sendo ressaltados, tanto aspectos positivos quanto negativos, diante das situações geradas pelos baixos salários. Estas imagens indicam a importância vital do salário e sua capacidade de afetar o professorado e seu prestígio social, ao mesmo tempo, podendo impactar sua formação e suas responsabilidades perante os estudantes.

Cabe ressaltar ainda, que a imprensa escrita cumpriu um papel fundamental para a construção dessas representações, embora apresente ideias divergentes, ajudou a consolidar e reafirmar muitas das imagens que ainda hoje se fazem presentes acerca da profissão docente, do professor como um profissional mal remunerado e que tem pouco prestígio social. Conforme

²⁵ Foi professor de apicultura em Grupos Escolares, Ginásios, Escolas Agro-técnicas e Universidades, tanto em Porto Alegre como no interior do Rio Grande do Sul. Também foi colunista do jornal *Correio do Povo* por mais de 30 anos. Disponível em: <<https://www.apacame.org.br/mensagemdoce/52/noticia2.htm>>. Acessado em: 06 de out. de 2023.

exposto por Vicentini e Lugli (2009), isso contribui por privilegiar determinados aspectos em detrimento de outros, que “acabam por reforçar posições e divisões do mundo social, procurando imprimir um significado específico em relação ao que é descrito” (p.157)

Entretanto, é evidente o quanto o ideário sacerdotal do magistério, sobretudo o primário, comparece nessas caracterizações, cooperando por produzir uma concepção fatalista da condição de empobrecimento das professoras. Ou seja, mesmo diante do reconhecimento de que algo deveria mudar, a professora não poderia esquecer que o mais importante da profissão não é o salário, mas sim um ideal, com forte carga messiânica. Em contrapartida, entre uma posição que reforça a visão do magistério como sacerdócio e outra que, de forma mais pessimista, já o caracteriza como sendo um “bico”, de que não valeria mais à pena aos jovens procurarem esta profissão, há também uma postura, que entendemos ser mais esperançosa e combativa, que aponta para soluções coletivas, responsabilizando o estado no cumprimento de sua função social de promoção à educação pública, e nisto está implicada a melhor remuneração dos docentes. Portanto, diante das cenas de fatalismo, pessimismo e resistência, consideramos que a última opção traz algo de novo, ajuda a pensar novas perspectivas para o futuro da profissão, de que era preciso lutar, buscar reconhecimento salarial e profissional e, não sucumbir diante do heroísmo filantropo pregado pelo ideário sacerdotal ou aderir um discurso derrotista, de que é preciso buscar outras formas de sobreviver. Tal concepção tem fortes ressonâncias no tempo presente da história da profissão docente no Brasil.

Neste sentido, entendemos que o Centro de Professores Primários contribuiu para firmar a imagem dessa posição combativa contra o empobrecimento sofrido pelas professoras primárias. Isso fica claro quando se examinam as denúncias do CPPE com relação aos baixos salários, demonstrando que há dois anos não havia reajuste, com uma defasagem de 30% em relação ao ano de 1954²⁶. Por efeito dessas circunstâncias, o CPPE,

²⁶ Recorte de Jornal sem data e sem referência de qual periódico seria, ano de 1956: Centro de Memórias da Educação/ Faculdade de Educação/UFRGS - Arquivo Eliezer Pacheco.

em meados de 1956, como mostrado na *Folha da Tarde*²⁷, em 14 de junho de 1956, iniciou uma campanha pelo reajuste, propondo que os vencimentos iniciais para as professoras primárias passassem de Cr\$ 2.100,00 mensais para Cr\$ 4.500,00 mensais. Como desdobramento, realizou uma assembleia no Teatro São Pedro, no dia 14 de junho de 1956, sendo aprovada a possibilidade de se entrar em greve caso isso fosse definido em uma reunião geral do funcionalismo público agendada para o próximo mês, como exposto em matéria do Jornal *O Dia*²⁸, de 15 de junho de 1956, “em assembleia ontem realizada pelo magistério público estadual foi aventada a possibilidade de greve, se este fôr o único recurso capaz de vencer a resistência do governador com respeito às reivindicações da classe”. Um pouco antes de terminar a assembleia, o plenário, ao invés de nomear uma comissão para falar com o governador, como estava previsto, deliberou que todos se dirigissem à frente do Palácio Piratini, a fim de serem ouvidos pelo governador Ildo Meneghetti²⁹.

Todavia, o governador não recebeu as professoras, coube ao seu Secretário de Governo, Dr. Adail de Moraes, transmitir as palavras do chefe de governo, reiterando que Ildo Meneghetti iria cumprir com suas promessas e enviaria o projeto de reajuste salarial à Assembleia ainda em junho. A ausência do governador gerou grande tensão entre os manifestantes e o secretário. Em matéria do jornal *A Hora*, na seção chamada de *Muro das Lamentações*, assinada por Carlos Nobre, é destacado também que “O Governador deu uma fria nas professoras”, o texto com caráter de humor, brinca que as professoras iriam castigar Ildo Meneghetti:

As professoras em reprimenda à ausência do governo estadual deliberaram, ali mesmo, infligir um castigo a S. Excia. Deixaram em poder do sr. secretário um castigo de trezentas linhas que deverá ser entregue ao governador ainda hoje e, segunda-feira, impreterivelmente, deverá ser entregue ao grupo escolar mais próximo.

O castigo obriga o seguinte: S. Excia. terá que escrever trezentas vezes a seguinte frase - "Não devo ausentar-me do

²⁷ Jornal *Folha da Tarde*, 14 de junho de 1956: Centro de Memórias da Educação/ Faculdade de Educação/UFRGS - Arquivo Eliezer Pacheco.

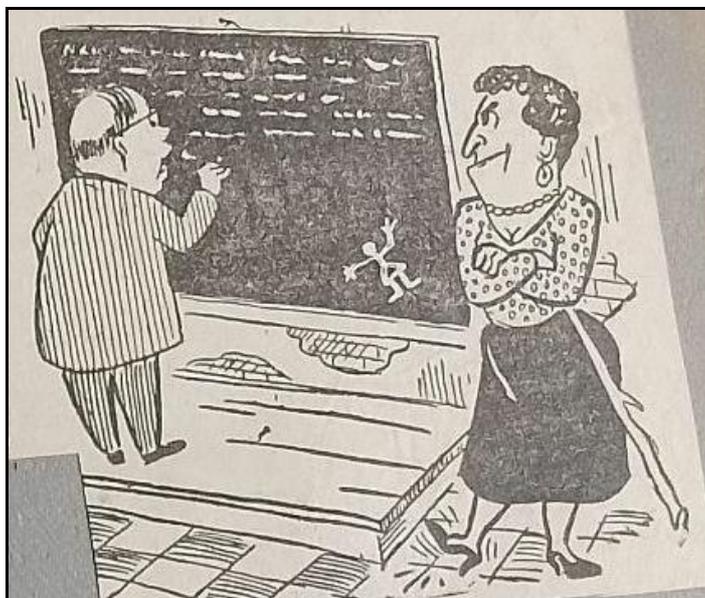
²⁸ Jornal *O Dia*, 15 de junho de 1956: Centro de Memórias da Educação/ Faculdade de Educação/UFRGS - Arquivo Eliezer Pacheco.

²⁹ Matéria sem identificação do Jornal, 1956: Centro de Memórias da Educação/ Faculdade de Educação/UFRGS - Arquivo Pessoal Professor Eliezer Pacheco.

“Necessitamos de um salário que nos permita sobreviver” : despertar do magistério, pelo Centro de Professores Primários do Estado (1945 – 1956/RS)

Palácio". "Não devo ausentar-me do Palácio"... e assim por diante até totalizar trezentas linhas e criar bôlha no dedo"³⁰.

Imagem 2 – A cena do castigo do governador vem em seguida, com uma charge do cartunista “SamPaulo”³¹



Fonte: Jornal a Hora, 1956: Centro de Memórias da Educação/ Faculdade de Educação/UFRGS - Arquivo Pessoal Professor Eliezer Pacheco.

Apesar deste mal estar pós assembleia do CPPE, provocado pela ausência de escuta do governador, no dia 26 de junho de 1956, como noticiado em *O Dia*³², Ildo Meneghetti recebeu uma comissão do CPPE, e apresentou seu projeto de reajuste salarial, tendo como base para as professoras primárias o valor de Cr\$ 4.500,00, mais um aumento a cada três anos de Cr\$ 500,00. Em face da apresentação do projeto do Executivo para a Assembleia Legislativa, a diretoria do CPPE passou a pleitear um valor diferente do apresentado pelo governador, de Cr\$ 5.500,00 mensais para as professoras primárias. Como justificativa, a Presidente do Centro disse que a proposta que havia sido

³⁰ Jornal A Hora, 1956: Centro de Memórias da Educação/ Faculdade de Educação/UFRGS - Arquivo Eliezer Pacheco.

³¹ Paulo Brasil Gomes Sampaio, o SamPaulo foi cartunista, caricaturista e chargista, tendo iniciado sua carreira em 1954 no jornal porto-alegrense Clarim, quando adotou o pseudônimo SamPaulo. A partir de então, trabalhou para diversos veículos como a Revista do Globo e os jornais Diário de Notícias, Folha da Tarde, Correio do Povo, Folha da Manhã e Zero Hora. Fonte: Delfos: Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUC/RS. Disponível em: <<https://www.pucrs.br/delfos/acervos/escritores-e-jornalistas/paulo-brasil-gomes-de-sampaio/>> Acessado em: 16 de out. de 2023.

³² Jornal O Dia, 26 de junho de 1956. Centro de Memórias da Educação/ Faculdade de Educação/UFRGS - Arquivo Pessoal Professor Eliezer Pacheco

aprovada na Assembleia, do dia 14 de junho, havia condicionado a aceitação da tabela de salários de 1954³³, caso a tabela do quadro geral dos funcionários do estado não fosse atualizada. Portanto, diante da atualização desta tabela, a categoria exigia um acréscimo.

No final de 28 agosto de 1956, a *Folha da Tarde* publicou uma matéria sobre a possível aprovação do valor reivindicado pelo CPPE pela Assembleia Legislativa. Assim declarou a Presidente da entidade: “o magistério já se considera vitorioso, porque tem a certeza que o governador do Estado, conforme sempre afirmou, tem o máximo de boa vontade em cumprir a promessa feita em 1955; além disso o magistério conta também com o apoio de todos os deputados, que tudo farão em benefício da classe”. Essa confiança, contudo, foi quebrada quando houve a votação na Assembleia Legislativa, que excluiu a proposta do CPPE. Entretanto, mesmo sendo derrotada a proposta de reajuste do CPPE, a luta por melhores salários marcou presença entre as reivindicações do magistério entre o final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, chegando também a ter alguns avanços. De acordo com Pereira (2020), entre 1962-1966 houve as seguintes conquistas: a vinculação do salário profissional ao salário mínimo regional, pagamento antecipado das férias de julho, aumento das gratificações para professores de alunos especiais e escolas de difícil acesso, gratificação para os profissionais em exercício nos estabelecimentos de recuperação e adaptação de menores, afora a valorização do trabalho extraclasse.

Levando em consideração os processos de negociação que o CPPE desenvolveu junto ao governo do estado para obter melhores salários, entre meados da década de 1950 e 1960, é possível afirmar que o Centro passou por um processo de mudança na maneira na qual vinha mobilizando a categoria, fomentou-se espaço para outras formas de luta, como no caso da mobilização de rua. A entidade assumiu uma postura de enfrentamento nas negociações com o governo, ao mesmo tempo, que ampliou sua base no interior do Estado.

³³ A tabela previa o salário inicial para o professor primário de Cr\$ 4500,00 mensais, com aumento de trienal de Cr\$ 500,00, semelhante ao projeto do governo apresentado ao CPPE em 1956.

As lutas estavam apenas começando...

Neste artigo, procuramos trazer para a cena historiográfica evidências das primeiras ações do associativismo docente no Rio Grande do Sul, protagonizadas pela criação do Centro de Professores Primários do Estado, a partir de 1945. Estudar este tema permite que meditemos acerca da história da profissão docente, seus desafios que extrapolam as fronteiras do tempo, seus embates há muitas décadas, sobretudo pensando nas mulheres, as professoras do ensino primário.

Por meio de papéis guardados por um professor, entre outros documentos, procuramos discutir a emergência da entidade, naquele contexto político de transição para a democracia. Neste sentido, chama a atenção o rápido engajamento de seus membros e as reivindicações ao governo estadual, de melhores salários, aposentadoria especial, equiparação salarial, um estatuto para a categoria, entre outras pautas, que podem nos parecer demandas recentes/atuais, mas que nos anos 1940 estiveram presentes nas lutas do magistério.

Em meio às consequências do fim da guerra, o Centro não esteve imune aos conflitos ideológicos do momento. Mantendo-se em uma posição que não o comprometia politicamente, evitou manifestações explícitas diante de abusos cometidos pelo estado a professoras que apenas assumiam posições mais enfáticas, muitas delas filiadas ao campo democrático. Evitar o confronto direto com o estado e com a sociedade teria sido uma estratégia calculada pela entidade para não sucumbir? A ideia seria manter a adesão do professorado e, assim, angariar um maior número de associados? Entendemos que sim.

Entretanto, passados dez anos, estando o CPPE consolidado na representação docente, enfrentou o governo do estado, lutou pela melhoria salarial, assumiu uma postura mais combativa. Olhando para trás, foram tempos intensos os vividos pelas professoras, a partir da criação do CPPE. Quase oitenta anos se passaram. A partir de 1964, a sociedade brasileira experimentaria mais um duro período de ditadura militar. O Centro de Professores, que passou a denominação de CPERS, sobreviveu, mesmo com

as interdições do período. Mas, em 1979, antes mesmo da Lei da Anistia, no contexto de abertura política, as docentes voltaram à cena pública e protagonizaram aquela que seria a primeira greve do magistério rio-grandense, tendo em vista que o movimento de 1963 foi apenas das professoras contratadas. As pautas se aproximavam bastante daquelas pleiteadas pelas que lhes antecederam. Foram 13 dias de greve e não pararam por aí. No ano seguinte, durante 21 dias, muitas docentes cruzaram os braços e aderiram ao movimento grevista, em 1982 foram apenas 3 dias de paralisação, diante de reações autoritárias do governo, marcadas por punições e ameaças aos grevistas. Nos dois anos seguintes, a entidade investiu na formação de lideranças, uma nova geração se afirmava como dirigentes da categoria para, em 1985, liderarem uma greve de 60 dias. A década terminou com mais greves e não foi diferente nos anos que viriam. Houve conquistas? Algumas, poucas, se considerarmos a persistência das dificuldades que atingem a categoria do magistério público estadual. Não obstante, postulamos que é preciso lembrar daquele *despertar* de professoras, como anunciado no título deste texto, que acreditaram no associativismo, criaram um órgão que os representasse politicamente e, assim, assumindo novas identidades como docentes, lutaram contra o estado, com as *armas que tinham*, dos modos que puderam, na busca por um ideal que defendia uma maior dignidade à profissão de professora.

Referências

BARTZ, Frederico Os espaços da luta antifascista em Porto Alegre (1926-1937). **Cantareira**, 34^a ed. Jan-Jun, 2021.

COX, Richard. **Arquivos Pessoais**: um novo campo profissional – leituras, reflexões e reconsiderações. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. In. PRIORE, Mary Del e BASSANEZI, Carla (orgs.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MAGALHÃES J. **Tecendo Nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARTINS, Marisângela T. A. **De volta para o presente**: Uma história dos militantes comunistas de Porto Alegre e suas representações acerca da democracia (1945-1947). Dissertação de Mestrado - Programa de Pós

Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre, 2007.

NÓVOA, Antonio. **Profissão professor**. Porto: Porto, 1995.

PACHECO, Eliezer. **Sindicato e Projeto Pedagógico**: A organização e as Lutas dos Professores Públicos Estaduais do Rio Grande do Sul, de 1945 a 1991. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

PEREIRA, Lisiane Beltrão. **Práticas de resistência e atuação política do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - CPERS no período final da Ditadura Civil -Militar (1979 a 1984)**. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pelotas - Pelotas, 2020.

PINTO, Celi. Uma mulher “recatada”: a deputada Suely de Oliveira (1950 – 1974). **Topoi**. Rio de Janeiro, v.15, n.29, 2014, pp.565-587.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou ... **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 35-42, 1998.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

ROUSSO, Henry. Sobre a história do Tempo Presente. Entrevista com o historiador Henry Rousso. **Tempo e Argumento**, v.1, n.1.p.201-216, jan./jun.2009.

RODEGHERO, Carla Simone. O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: Porto Alegre na conjuntura 1945-1947. **Anais do XII Simpósio Nacional de História** – João Pessoa, 2003.

VICENTINI, Paula Perin e LUGLI, Rosario Genta. **História da Profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

Recebido em: 05/01/2024.

Aceito em: 18/04/2024.

Flávio Correia Nardy

Mestre em História (PPGH/UFSM), Doutorando em Educação (PPGEDU/UFRGS), interesse na pesquisa em História da Educação, particularmente na História do Associativismo Docente e de seus sujeitos.

 flaviocorreianardy@gmail.com

 <https://lattes.cnpq.br/9382388984156840>

 <https://orcid.org/0009-0007-9960-2851>

Dóris Bittencourt Almeida

Doutora em Educação (PPGEDU/UFRGS), Professora Associada IV de História da Educação – Faculdade de Educação/PPGEDU/UFRGS, interesse na pesquisa em História da Educação, sobretudo nas investigações que tematizam arquivos, patrimônio histórico-educativo e história da profissão docente.

 almeida.doris@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/5715085520250456>

 <https://orcid.org./0000-0002-4817-0717>